JUIZ LEIGO

Instruções

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
2. A prova é composta de 20 questões objetivas.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica **preta**, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
7. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
8. Não será permitido ao candidato manter em seu poder aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, tablet, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e entregues ao aplicador da prova. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
9. A duração da prova é de XXX horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.

BLOCO I – Lei dos Juizados Especiais

01. Em observância ao contido na Lei nº 9099/95 e nos Princípios norteadores dos Juizados Especiais Cíveis assinale a alternativa **CORRETA** acerca das proposições:

I. A denunciação à lide é possível frente aos Juizados Especiais, nos casos de acidente de trânsito, em que a seguradora é a litisdenunciada. (INCORRETA)

II. A citação do reclamado, pessoa física, pode ocorrer via postal e é válida, ainda que o aviso de recebimento não seja assinado pelo próprio demandado, desde que entregue em seu endereço. (CORRETA)

III. O pedido contraposto equivale a reconvenção prevista no CPC, processando-se da mesma forma e com os mesmos requisitos (INCORRETA)

IV. O Mandado de Segurança é cabível nos Juizados Especiais de decisões interlocutórias, em caráter excepcional, nos casos de decisão teratológica ou manifestamente ilegal quando não existir outro recurso ou remédio processual aceito no sistema. (CORRETA)

A) Somente as alternativas II e III e IV estão corretas.
B) Somente a alternativas I e IV estão corretas.
C) Somente as alternativas II e IV estão corretas.
D) Somente as alternativas III e IV estão corretas.
E) Todas as alternativas estão corretas.

02. Avalie as alternativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA** acerca das proposições, segundo a Lei 9.099:

I. Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial. (CERTA – artigo 3º,§2º)

II. O mandado ao advogado poderá ser verbal, mesmo quanto aos poderes especiais (ERRADO – artigo 9º, §3º)

III. Uma pessoa que cumpre pena de prisão em regime fechado, determinada em outro processo, somente mediante advogado pode pleitear como autora no juizado especial cível, mesmo que o valor de sua causa seja inferior a 20 salários mínimos. (ERRADA – artigo 8º caput).

IV. No Juizado Especial Cível não se admite sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido (CERTA – artigo 38, pú).

A) Somente as alternativas I e III estão corretas.
B) Somente as alternativas I e II estão corretas.
C) Somente as alternativas II e III estão corretas.
D) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
E) Somente as alternativas II e IV estão corretas.

03. Assinale a alternativa **ERRADA**, segundo o texto da Lei 9.099:

A) Podem propor ação perante o Juizado Especial as Pessoas Físicas incapazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas. (INCORRETA - art. 8º §1º, I)

B) Podem propor ação perante o Juizado Especial as microempresas assim definidas pela lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999. (CORRETA - art. 8º §1º, II)

C) Podem propor ação perante o Juizado Especial as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.(CORRETA - art. 8º §1º, III)

D) Podem propor ação perante o Juizado Especial as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. (CORRETA – art. 8º §1º, IV)

E) Segundo a Lei 9.099 as empresas públicas da União não podem ser partes no processo do Juizado Especial Cível. (CORRETA – art. 8º Caput).

04. Assinale a alternativa **CORRETA** que aponta, segundo a Lei 9.099, causas cíveis de menor complexidade de competência do Juizado Especial Cível:

I. As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
II. As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta salários mínimos.
III. A ação de despejo para uso próprio.
IV. As de ressarcimento por danos causados em acidentes de veículo de via terrestre, qualquer que seja o valor do dano.

A) Somente as alternativas I e II estão corretas
B) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
C) Somente as alternativas II e IV estão corretas.
D) Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
E) As alternativas I, II, III e IV estão corretas. (CORRETA – art. 3º)

05. Assinale a alternativa **CORRETA**, segundo o texto da Lei 9.099:

A) A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido de quarenta salários mínimos, não se excetuando a hipótese de conciliação, que deve respeitar o mesmo limite.

B) A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido de quarenta salários mínimos, excetuada a hipótese de conciliação. (CORRETA – art. 3º, §3º)

C) A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido de vinte salários mínimos, excetuada a hipótese de conciliação.

D) A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099 não importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido de quarenta salários mínimos, excetuada a hipótese de conciliação.

E) A opção pelo procedimento previsto na Lei 9.099 importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido de vinte salários mínimos, não se excetuando a hipótese de conciliação, que deve respeitar o mesmo limite.

06. Assinale a alternativa **ERRADA** segundo a Lei 9.099:

A) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.

B) A conciliação será conduzida pelo juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

C) A citação far-se-á, entre outras formas previstas na lei, por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.

D) Em qualquer caso é permitida a citação por edital. (ERRADA – art. 18, §2º)

E) Na execução de título executivo extrajudicial no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.

07. Assinale a alternativa **CORRETA**, segundo a lei 9.099:

A) Admite-se a ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei 9.099. (ERRADA – art. 59)

B) O acordo extrajudicial de qualquer natureza ou valor poderá ser homologado no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial. (CORRETA – art. 57)

C) A sentença de primeiro grau sempre condenará o vencido em custas e honorários advocatícios. (ERRADA – art. 55)

D) Na execução sempre serão contadas custas (ERRADA – art. 55, pú)

E) É eficaz a sentença condenatória na parte que excede a alçada estabelecida na Lei 9.099. (ERRADA – art. 39).

08. Assinale a alternativa **INCORRETA** segundo a Lei 9.099:

A) Os juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais, enquanto no desempenho de suas funções. (CORRETA – art. 7º, pú).

B) O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

C) Nas causas até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogados. (CORRETA – art. 9º)

D) Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos a presença de advogado é obrigatória. (CORRETA – art. 9º)

E) Se uma parte comparecer com advogado ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, a outra parte é obrigada a ser representada por advogado. (ERRADA – art. 9º, §1º)

BLOCO II – Direito Civil

09. Reza o art. 447, do Código Civil Brasileiro: "Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública." No que concerne à evicção, é **CORRETO** afirmar:

A) É vedado às partes reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção, pois decorre de lei.

B) Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido. Se não for considerável, caberá somente direito a indenização. (CORRETA)

C) O preço, seja a evicção total seja parcial, será o do valor da coisa na época do contrato, atualizada monetariamente pelos índices oficiais.

D) Pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo sabendo que a coisa era litigiosa ao tempo da alienação. Não poderá, no entanto, se sabia que a coisa era alheia.

E) Nenhuma alternativa acima é correta.

10. No que tange à prescrição e às obrigações solidárias assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.

B) A interrupção da prescrição por um credor solidário não aproveita aos outros.

C) A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, salvo quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis. (CORRETA – art. 204, §2º)

D) O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais, mas o julgamento favorável não os aproveita.

E) Se o credor resolver renunciar à solidariedade, somente pode fazê-lo para a totalidade de devedores, pois a solidariedade é uma unidade de vínculo com pluralidade e obrigações.

11. Lei ao texto a seguir e com base nele responda a alternativa **CORRETA**:

"As partes entabularam contrato de compra e venda no qual ficou acertado o pagamento à vista do preço e entrega do veículo para o dia seguinte ao referido adimplemento da quantia em dinheiro. A entrega deveria ser feita na residência da parte credora. No dia em questão a parte devedora do veículo não pode entregá-lo, pois, a única ponte que dava acesso à residência do credor havia caído. Retornando à sua casa a parte devedora sofreu acidente de trânsito, provocado pela negligência de um terceiro que dirigia em alta velocidade. No referido acidente o veículo ficou totalmente destruído." (OBS: todas as citações de artigos abaixo estão corretas, sendo somente reproduções do CC).

A) Aplica-se ao caso o artigo 399 do CC ("O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorreram durante o atraso; Salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada"). Assim, a parte devedora estava em *mora debitoris* por não ter entregado o veículo na data correta, ficando responsável pelo sinistro frente à parte credora do veículo.

B) Aplica-se ao caso o artigo 399 do CC ("O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorreram durante o atraso; Salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada"). Assim, a parte devedora estava em *mora debitoris* por não ter entregado o veículo na data correta, mas não é responsável pelo sinistro frente à parte credora, pois o acidente do veículo não lhe pode ser imputado.

C) Aplica-se ao caso o artigo 398 do CC ("Nas obrigações provenientes de ato ilícito considera-se o devedor em mora, desde que o praticou"). Assim, ao não

entregar o veículo na data aprazada cometeu um ilícito contratual e está em *mora debitoris* devendo responder pelo sinistro.

D) Aplica-se o artigo 396 do CC ("Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora."). Destarte a parte credora não está em *mora debitoris*, pois o fato de a ponte ter caído lhe retira qualquer possibilidade de entrega do veículo, não devendo responder pelo sinistro. (CORRETA)

E) Aplica-se ao fato o artigo 394 do CC ("considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma qual a lei ou a convenção estabelecer"). Assim, a parte devedora está em mora, pois não entregou o veículo na data aprazada, o fato da ponte ter caído é fortuito interno que deve ser imputado à parte autora, e deve responder pelo sinistro.

12. Sobre o negócio jurídico responda a assertiva **CORRETA**:

A) A impossibilidade relativa ou absoluta do objeto desde que inicial, não invalida o negócio jurídico.

B) A manifestação de vontade não subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

C) O falso motivo, tal como a reserva mental, só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

D) O negócio jurídico simulado é nulo, não beneficiando nem mesmo os direitos de terceiros de boa-fé, pois é o vício mais grave na atual sistemática do CC, não se podendo dar valor a uma simulação, mas fica sempre aberta a via da ação autônoma por parte dos terceiros de boa-fé contra os simuladores.

E) É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava. (CORRETA).

13. De acordo com as regras que orientam os atos jurídicos e a responsabilidade civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. (CORRETA)

II. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. A indenização será, contudo, equitativa, e não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem. (CORRETA)

III. Não há responsabilidade sem que concorra ato ou fato lesivo culposo ou doloso. (FALSA)

IV. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. (CORRETA)

A) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas. (CORRETA)
B) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
C) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
D) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
E) Todas as alternativas estão corretas.

14. Sobre o Direito das Coisas responda a assertiva **CORRETA**:

A) Pelo princípio da *quieta non movere* quando mais de uma pessoa se disser possuidora, manter-se-á provisoriamente a que tiver a coisa, ainda que estiver manifesto que a obteve de alguma das outras por modo vicioso, pois tal matéria somente depois será analisada pelo magistrado.

B) Nem mesmo frente prova em contrário entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida, pois a posse de boa-fé só perde este caráter no caso e desde o momento em que as circunstâncias façam presumir que o possuidor não ignorava que a possui indevidamente.

C) O sucessor singular continua de direito a posse de seu antecessor; e ao sucessor universal é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais. Assim é, pois a posse do sucessor singular é mais fácil de verificar e provar, porque ela é advinda de negócio jurídico conhecido, determinável em seu objeto e conhecidas as partes que o entabularam. Por sua vez a posse do sucessor universal tem prova mais dificultosa tendo em vista ser esta advinda da *saisine*, dificultado ainda o conhecimento de todos os envolvidos pela possibilidade de existirem outros sucessores desconhecidos até então.

D) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondente. Assim, o titular do domínio pode ser indenizado pela passagem de tubos de esgoto, mesmo em profundidades extremas, pois seu direito de propriedade foi de alguma forma violado pelo fato do príncipe. Entretanto, não pode opor-se a tal passagem de tubulação tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público.

E) Apesar de a Constituição prever que são bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo, o proprietário do solo tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos a transformação industrial, e não viole nenhuma lei especial. (CORRETA)

BLOCO III – Direito Processual Civil

15. A respeito da competência assinale a alternativa **ERRADA**.

A) A ação pauliana que visa anular um negócio jurídico envolvendo bem imóvel deve ser intentada no domicílio do réu, mesmo que o imóvel esteja localizado em outra localidade. (CORRETA)

B) Segundo a jurisprudência do STJ a ação rescisória intentada perante o juízo incompetente deve ser extinta sem julgamento de mérito. Assim, não deve ser remetida ao Tribunal competente. (CORRETA)

C) Existindo duas ações civis públicas, uma tramitando na Justiça Estadual e a outra na Justiça Federal, em se reconhecendo a continência entre elas, ambas devem ser reunidas na Justiça Federal, mesmo se o juízo estadual é o prevento para a causa. (CORRETA – súmula 489 stj)

D) Conexão e continência não devem ser alegadas em exceção de incompetência (CORRETA).

E) Um juiz acolhe uma exceção de incompetência relativa e remete o feito para o juízo que entende competente para a causa. Este último, em não concordando com a decisão anterior deve suscitar conflito negativo de competência. (ERRADA - CC 40972/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/09/2004, DJ 25/10/2004, p. 205 STJ).

16. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **ERRADA**.

A) Ação dúplice em sentido material é aquela em que a pretensão deduzida em juízo permite aos litigantes assumirem, concomitantemente, as posições de autor e réu. Assim é, pois neste caso, o simples exercício da defesa implica em uma pretensão por parte do réu. (CORRETA)

B) Nas ações de processo objetivo, tais como a ADI e ADC, observa-se que a causa de pedir é aberta. Destarte, o seu julgamento independe da *causa petendi* formulada na inicial, ou seja, dos fundamentos jurídicos nela deduzidos. Assim, o Tribunal analisa todos os aspectos possíveis de serem considerados, não ficando adstrito ao levantado pelo autor na inicial. Então, é possível se afirmar não se aplicar a eficácia preclusiva da coisa julgada nos processos objetivos. (CORRETA)

C) O juiz é provocado pela parte a decidir uma questão de ordem pública. Havendo decisão judicial, e, em se tratando de matéria de ordem pública, pode o juiz rever a qualquer tempo a decisão, podendo, até mesmo decidir em sentido contrário ao anteriormente resolvido. (ERRADA – preclusão pro iudicato).

D) Para se atacar os vícios transrescisórios utiliza-se uma ação de nulidade, chamada *querela nullitatis*, de competência do próprio juízo que proferiu a decisão guerreada. (CORRETA)

E) Os atos judiciais, que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral. (CORRETA)

17. Sobre a sentença e a coisa julgada, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) O juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide quando, tratando-se de relação jurídica continuativa, houve requerimento da parte e modificação do estado de fato ou de direito. (CORRETA)

B) A apreciação de questão prejudicial, quando decidida incidentalmente no processo, faz coisa julgada independente do requerimento da parte.

C) O réu que em sua defesa alega somente o pagamento de dívida e vem a ser condenado a pagá-la, poderá ingressar com outro processo para invocar a prescrição e requerer a repetição de indébito.

D) Fazem coisa julgada os motivos importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença

E) Todas as alternativas estão corretas.

18. Considerando a teoria da prova no processo civil, assinale a opção **CORRETA**.

A) O ônus probatório é matéria de ordem pública, razão pela qual é vedado às partes, por convenção, fazer distribuição de forma diferente da prevista, ainda que se trate de direito disponível.

B) A teoria da distribuição dinâmica da prova estabelece a incumbência da prova a quem, pelas circunstâncias reais do caso concreto, tenha melhores condições de produzi-la. (CORRETA)

C) Viola o princípio da imparcialidade a aplicação, pelo julgador, quando da apreciação das provas, das chamadas regras de experiência.

D) A distribuição do ônus probatório é regra de procedimento, cuja previsão expressa na legislação processual importa apenas para fins de estruturação do processo.

E) O MP só poderá produzir prova em juízo quando atuar como parte ou como substituto processual, cabendo ao julgador indeferir o pedido de produção probatória quando o requerimento do parquet for formulado na condição de fiscal da lei.

19. No que concerne aos procedimentos especiais, assinale opção **CORRETA**.

A) Nas ações possessórias, não poderá o réu invocar a exceção de domínio em sua defesa, mas, por previsão expressa no CPC, poderá, na pendência do processo possessório, intentar ação de reconhecimento do domínio, que deverá ser distribuída, por prevenção, ao mesmo juízo em que tramitar a ação possessória.

B) Os embargos de terceiro constituem meio de defesa e, por isso, não estão sujeitos aos requisitos da petição inicial.

C) Ajuizada ação de atentado incidente à ação principal que já se encontra em grau de recurso, a competência para o julgamento do atentado será do tribunal ad quem.

D) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o julgador não está obrigado a observar critério de legalidade estrita. (CORRETA)

E) A sentença de procedência proferida em ação de usucapião tem natureza constitutiva, conferindo ao autor a aquisição derivada da propriedade.

20. Assinale a opção **CORRETA** com relação ao processo de execução.

A) Na execução por quantia certa fundada em título extrajudicial, é de quinze dias o prazo para que o executado ofereça embargos do devedor, contados da juntada, aos autos, da intimação da penhora realizada.

B) A regra de que a competência para julgamento dos embargos do devedor, na execução por carta precatória, deva ocorrer pelo juiz deprecante é excepcionada para a hipótese de embargos, apresentados no juízo deprecado, que versem unicamente sobre vícios da penhora. (CORRETA)

C) Se o julgador verificar que os bens penhorados são suficientes para a satisfação integral do crédito da parte exequente, poderá valer-se do poder geral de cautela e determinar, de ofício, a adjudicação dos bens em favor do credor.

D) A fixação de multa como meio de coerção para o cumprimento de obrigação de fazer (*astreintes*) é possível exclusivamente na hipótese de execução de título judicial.

E) Na execução por quantia certa contra a fazenda pública, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal. Feita a requisição, competirá ao juiz da execução, após ouvido o MP, determinar o sequestro de bens quando preterida a ordem de pagamento dos precatórios.

Questão Subjetiva

01. Descreva três práticas abusivas contra o consumidor, passíveis de reparação por dano moral no juizado especial cível.

Descreva três práticas abusivas contra o consumidor, passíveis de reparação por dano moral no juizado especial cível.

São diversas as práticas abusivas, a título de exemplo pode-se citar:
* A inscrição e/ou manutenção de dívida paga em órgãos de restrição ao crédito;
* A inscrição em órgãos de restrição ao crédito baseada em fatura irregular, contendo cobrança de serviços não contratados;
* A inscrição, em órgãos de restrição ao crédito, de dívida com origem em data posterior à solicitação de encerramento da conta bancária;
* O cancelamento do limite de cheque especial, sem comunicação prévia ao consumidor e sem a devida motivação;
* A suspensão/bloqueio do serviço de telefonia sem causa legítima;
* A cobrança vexatória que exponha o consumidor a constrangimento;
* A obstacularização pela precariedade e/ou ineficiência do serviço de *call center*, por parte da empresa contratada, como estratégia para não dar o devido atendimento aos reclamos do consumidor;
* A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário;
* A recusa indevida de cobertura de plano de saúde;
* A venda de produto impróprio ao consumo, etc.

PRÁTICAS DESCRITAS NOTA
1ª PRÁTICA 0 a 0,5
2ª PRÁTICA 0 a 0,5
3ª PRÁTICA 0 a 0,5

A simples citação da prática recebe 0,1

Citação da prática acompanhada de algum desenvolvimento ou exemplo prático recebe 0,2 a 0,3

Citação, desenvolvimento ou exemplo prático e a descrição efetiva do que consiste o dano moral em relação à prática recebe 0,4 a 0,5

4ª COMENTÁRIOS/DESENVOLVIMENTO/CLAREZA 0 a 0,5